

Federal University of Roraima, Brazil

From the Selected Works of Elói Martins Senhoras

Winter January 1, 2012

ECO 112 - Economia Brasileira

Eloi Martins Senhoras

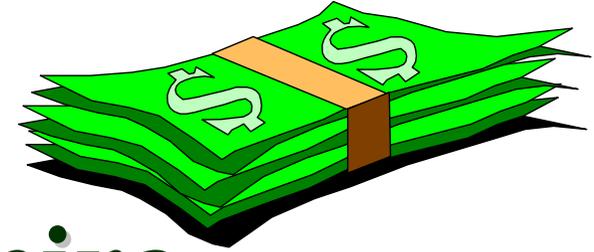
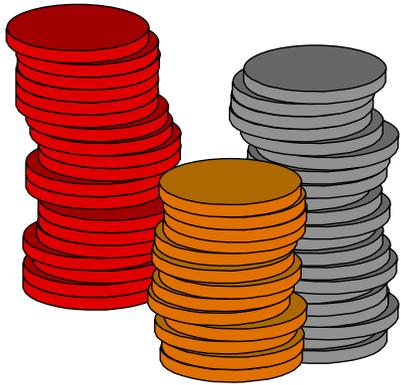


Available at: <https://works.bepress.com/eloi/131/>



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras



Economia Brasileira



Universidade Federal de Roraima



Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

eloisenhoras@gmail.com

works.bepress.com/eloi



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

I – Disciplina: Economia brasileira

Código: ECO112

Carga Horária: 60 horas, 4 créditos

Semestre: 1º Semestre de 2012

Professor responsável: Elói Martins Senhoras

Horário e local das aulas: 5as feiras, das 14 às 18hs. Bloco do NAPRI

Horário de atendimento estudantil: 4as feiras, das 14 às 18hs (Realizar prévio agendamento em sala de aula ou com o professor ou via e-mail: eloisenhoras@gmail.com).



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

I – Disciplina: Economia brasileira

Código: ECO112

Carga Horária: 60 horas, 4 créditos

Semestre: 1º Semestre de 2012

Professor responsável: Elói Martins Senhoras

Horário e local das aulas: 5as feiras, das 14 às 18hs. Bloco do NAPRI

Horário de atendimento estudantil: 4as feiras, das 14 às 18hs (Realizar prévio agendamento em sala de aula ou com o professor ou via e-mail: eloisenhoras@gmail.com).



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

II – Ementa e objetivos

Ementa: A industrialização restringida. O modelo de substituição de importações. Crise e reformas na década de 1960. O período do milagre econômico. A década perdida dos anos 1980. Políticas de combate a inflação. Estabilização econômica nos anos 1990. Economia brasileira hoje.

Objetivos: Oferecer aos alunos do curso de relações internacionais instrumentos para compreender a operacionalização de diferentes políticas econômicas em momentos históricos específicos e para permitir a análise atual e dos principais traços conjunturais e estruturais que permearam a evolução da economia brasileira.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

III – Conteúdo programático

- 1 – Introdução ao campo de estudos da economia brasileira.
- 2 – Variáveis macroeconômicas e políticas econômicas no Brasil
- 3 – Economia agroexportadora
- 4 – Economia nacional-desenvolvimentista
- 5 – Plano de Metas
- 6 – Plano Trienal e Reformas de Base
- 7 - Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)
- 8 – O “Milagre Econômico” e a “Década Perdida”
- 9 – Desestabilização e planos econômicos nos anos 1980
- 10 - Plano Collor e o Consenso de Washington
- 11 – Plano Real e Estabilização econômica
- 12 – Continuidades e inflexões na economia brasileira sob a gestão dos governos Lula e Dilma



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

IV - Atividades de Ensino-Aprendizagem	V - Recursos
Professor: Aulas expositivas (120 minutos). Alunos: Participação em seminários e provas (120 minutos).	Quadro-negro, <i>datashow</i> e disponibilização de slides e materiais complementares no <i>site</i> http://works.bepress.com/eloi



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

VI – Avaliação e/ou Fixação do Conteúdo	VII – Peso das avaliações	
<i>Dentro da sala de aula:</i> Avaliação individual e apresentação de seminários em grupo, ambos realizados toda aula.	1 - Avaliações individuais	40%
<i>Fora da sala de aula:</i> <i>Clippings</i> de notícias sobre a economia brasileira.	2- Seminário e resenha	40%
	3 - <i>Clippings</i>	20%
** Escala das Notas: 0 a 10. Toda avaliação abaixo de 7 é considerada Insuficiente (“I”) e deverá ser refeita e entregue na aula seguinte.		



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

VI – Avaliação e/ou Fixação do Conteúdo	VII – Peso das avaliações						
<p><i>Dentro da sala de aula:</i> Avaliação individual e apresentação de seminários em grupo, ambos realizados toda aula.</p> <p><i>Fora da sala de aula:</i> <i>Clippings</i> de notícias sobre a economia brasileira.</p>	<table border="1"><tbody><tr><td data-bbox="1126 855 1957 911">1 - Avaliações individuais</td><td data-bbox="1957 855 2069 911">40%</td></tr><tr><td data-bbox="1126 911 1957 967">2- Seminário e resenha</td><td data-bbox="1957 911 2069 967">40%</td></tr><tr><td data-bbox="1126 967 1957 1023">3 - <i>Clippings</i></td><td data-bbox="1957 967 2069 1023">20%</td></tr></tbody></table> <p>** Escala das Notas: 0 a 10. Toda avaliação abaixo de 7 é considerada Insuficiente (“I”) e deverá ser refeita e entregue na aula seguinte.</p>	1 - Avaliações individuais	40%	2- Seminário e resenha	40%	3 - <i>Clippings</i>	20%
1 - Avaliações individuais	40%						
2- Seminário e resenha	40%						
3 - <i>Clippings</i>	20%						



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

VIII – Política acadêmica do curso

(1) Sobre as exigências do curso. As exigências de estudo e de pesquisa no curso são elevadas, requerendo do aluno dedicação a cada aula. O tempo do curso é uma relação existente entre o mínimo necessário para cumprir com os objetivos e metas propostas e o máximo aceitável para um curso de graduação.

2) Sobre o ensino. O professor desempenha uma função de facilitador no curso, estando a cargo de desenhar e coordenar o desenvolvimento do curso, por meio de um método bi-direcional de ensino-aprendizagem, a ser desenvolvido em conjunto, com a participação ativa dos alunos, a fim de se evitar um padrão de educação bancária.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

VIII – Política acadêmica do curso

(3) Sobre a política de respeito, não discriminação e de não atribuição. Durante as aulas, os mestrandos têm amplo espaço para participação e exposição de idéias. As aulas representam um espaço público de comunicação para a exposição de idéias. Todos os assuntos discutidos em aula devem obedecer os princípios de respeito ao próximo. Será inadmissível qualquer ato preconceituoso ou racista. Ademais, deve-se observar que qualquer opinião expressa em aula não deverá sair deste ambiente. Existe uma clara política de “não atribuição” que deverá ser respeitada: qualquer idéia emitida pelo aluno tem como emissário, única e exclusivamente o aluno, não tendo atribuição qualquer com a sua atuação profissional, local ou instituição de trabalho.

(4) Sobre os resultados científicos do curso. O desenvolvimento de seminário e resenha faz parte de um programa de desenvolvimento cognitivo do pesquisador aluno, cabendo a ele possível publicação em periódico adequado.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Programa do Curso

IX – Sites recomendados para pesquisa		
www.works.bepress.com/eloi	www.ibge.gov.br	www.ipea.gov.br
www.brasil.gov.br	www.planalto.gov.br	www.seplan.rr.gov.br
www.planejamento.gov.br	www.fazenda.gov.br	www.mdic.gov.br
www.bndes.gov.br	www.centrocelsofurtado.org.br	www.dieese.org.br
www.fiesp.com.br	www.fipe.org.br	www.brasilsoberano.com.br
www.ifhc.org.br	www.institutolula.org	www.scholar.google.com



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

X – Bibliografia:

Bibliografia obrigatória

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GREMAUD, A. P. *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SOUZA, N. A. **Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

Bibliografia complementar

ALMEIDA, P. R. **Formação da diplomacia econômica no Brasil: As relações econômicas internacionais no Império**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

ALMEIDA, P. R. **Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIAMBIAGI, F. *et al.* **Economia brasileira contemporânea: 1945-2004**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

LANZANA, A. E. **Economia brasileira: Fundamentos e atualidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis, 1984.

MARIANO, J. **Introdução à economia brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

ECONOMIA BRASILEIRA:

DO II PND À CRISE DA DÍVIDA NOS ANOS 1980



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Introdução

- Os anos 70 foram um período conturbado do ponto de vista econômico:
 - choque do petróleo e rompimento do acordo internacional (Bretton Woods).
- A maior parte do mundo reagiu de maneira recessiva a este quadro, a reação brasileira: consubstanciada no II PND, foi diferente.
- Porém no início dos anos 80, a crise da dívida e a recessão marcam o cenário brasileiro



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

A situação na transição Médice - Geisel

- O crescimento econômico do Milagre acabou por gerar pressões inflacionárias e problemas na balança comercial
- Ressurgiam pressões por melhor distribuição de renda e maior abertura política.
- A crise internacional desencadeada pelo primeiro choque do petróleo em 1973 comprometeu ainda mais a situação interna no Brasil.
- O novo presidente eleito, Geisel, é de facção diferente (castelista) da de Médice (chamada linha dura): a troca de facções impunha certos limites à condução da política econômica.



Como enfrentar o choque do Petróleo

O debate sobre o que fazer em 1974 situou-se na **dicotomia ajustamento ou financiamento:**

Ajustamento – desvalorizar o câmbio e conter a demanda interna para evitar que o choque externo (petróleo) se transformasse em inflação permanente, além de corrigir o desequilíbrio externo;

Financiamento - mantendo o crescimento e fazendo um ajuste gradual dos preços relativos (alterados pela crise do petróleo), enquanto houvesse financiamento externo abundante.



O Financiamento com ajuste na estrutura de oferta

- Início 1974 - Simonsen sinaliza a opção pelo ajustamento, mas com crise financeira e questões políticas → governo abandona contenção da demanda e opta pelo crescimento.
- É lançado o II PND em fins de 1974 com o objetivo de tentar promover um **ajuste na estrutura de oferta** de longo prazo, simultaneamente à manutenção do crescimento econômico aliado ao endividamento externo
- ajuste na estrutura de oferta significava alterar a estrutura produtiva brasileira de modo que, a longo prazo, diminuísse a necessidade de importações e fortalecesse a capacidade de exportar de nossa economia



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

O II PND

- A meta do II PND era manter o crescimento econômico em torno de 10% a.a., com crescimento industrial em torno de 12% a.a.
- Estas metas não conseguiram ser cumpridas, porém manteve-se elevado o crescimento econômico.
- Alteraram-se as prioridades da industrialização:

setor de bens
de consumo
duráveis

setor de bens de
capital e
insumos básicos



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Projetos do II PND

- redução na participação das importações no setor de bens de capital de 52% para 40%, além de gerar excedente exportável em torno de US\$ 200 milhões.
- aumentar a produção de aço de 7 para 8 milhões de ton.
- triplicar a produção de alumínio;
- aumentar a produção de zinco de 15 mil ton. para 100 mil
- Projeto Carajás (minério de ferro);
- aumentar da capacidade hidroelétrica (Projeto Itaipu);
- energia nuclear (NUCLEBRAS);
- ampliar a prospecção de petróleo;
- maiores incentivos para ferrovias e hidrovias;



O II PND: setor público e privado

- O agente principal das transformações foram as estatais.
 - as estatais realizando seus investimento geram demanda que faz o setor privado investir
 - incentivos foram dados ao setor privado através do CDE:
 - crédito do IPI sobre a compra de equipamentos, depreciação acelerada, a isenção do imposto de importação, reserva de mercado para novos empreendimentos (ex. Lei da Informática) etc.
- Durante o II PND manteve-se o crescimento industrial:
 - A indústria em sua totalidade cresceu 35% entre 1974/79.
 - Os principais setores foram:
 - o metalúrgico, que cresceu 45%, de material elétrico, 49%, de papel e papelão, 50%, e químico, 48%.
 - O setor têxtil cresceu 26% e o de alimentos 18%.
 - O setor de material de transportes cresceu 28%.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Descentralização Espacial

O II PND buscou atender à pressão pela modernização das regiões não industrializadas por meio da **descentralização espacial dos projetos de investimento**.

- Exemplos:
 - a maior siderúrgica em Itaqui (MA);
 - a prospecção de petróleo na plataforma litorânea do Nordeste;
 - soda de cloro em Alagoas;
 - petroquímica na Bahia e no Rio Grande do Sul;
 - fertilizantes potássicos em Sergipe;
 - fosfato em Minas Gerais;
 - carvão em Santa Catarina etc.



A questão do financiamento

- O setor privado: créditos subsidiados de agências oficiais - BNDE
- As empresas estatais sofreram restrição ao crédito interno e contenção tarifária forçando-as ao endividamento externo
 - o endividamento externo das estatais cobria o “hiato de divisas”
 - novidade: taxas de juros flutuantes.
- A dívida externa cresceu rapidamente no período.
 - US\$ 15 bilhões entre 74/77 e mais US\$ 17 bilhões em 78/79.
- A facilidade de obtenção de recursos externos está relacionada à reciclagem dos petrodólares.
- Dados os níveis extremamente baixos das taxas de juros internacionais, o Estado era capaz de pagar os juros. Mas qualquer alteração nas taxas de juros poderia inviabilizar as condições de pagamento.



A Ciranda Financeira

- Sistema Financeiro Nacional: coexistência de três moedas:
 - setor real (operações com correção monetária *a posteriori*);
 - setor nominal (operações prefixadas, contratos em cruzeiro); e
 - as operações com moeda estrangeira,
 - Quando inflação se instabilizava: aplicadores buscam o setor real, enquanto os demandantes procuram o nominal.
 - Para viabilizar o sistema: governo empresta a taxas subsidiadas (prefixadas) e, do outro lado, amplia a liquidez primária para evitar a insolvência do setor nominal.
- Conseqüências:
- a elevação do déficit público (pelo *spread* negativo).
 - perda do controle monetário.
 - aumento o passivo do setor público.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

A economia brasileira no final da década de 70 e início dos 80

- Transformações no cenário internacional e vulnerabilidade.
 - Choque do petróleo (1979) e elevação da taxa de juros internacional
 - 1979 ano do início da crise cambial: déficit em transações correntes de US\$ 10,8 bilhões e entrada de capitais de US\$ 7,7 bilhões: queima de reservas de US\$ 2,2 bilhões.;
- Deterioração da situação fiscal do Estado, com:
 - Redução na carga tributária bruta;
 - aumento no volume de transferências;
 - Estatais eram focos de déficits;
- pressões inflacionárias: 77% a.a..
- Mudança de governo (Geisel por Figueiredo) e abertura política.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

A heterodoxia delfiniana

Delfim : **combate à inflação com crescimento.**

- As principais medidas adotadas:
 - i. controle das taxas de juros;
 - ii. expansão do crédito para a agricultura;
 - iii. criação da SEST (Secretaria Especial das Empresas Estatais),
 - iv. eliminação de alguns incentivos fiscais às exportações, do depósito prévio sobre as importações, e a revogação da Lei do Similar Nacional;
 - v. estímulo à captação externa;
 - vi. maxidesvalorização de 30% do cruzeiro em dezembro de 1979;
 - vii. prefixação da correção monetária e cambial em 50% e 45% para 1980;
 - viii. semestralidade dos reajustes salariais e reajustes diferenciados por faixas de salários.
- Os resultados obtido por este conjunto de medidas, em 1980:
 - a. a aceleração inflacionária para os 100% a.a.;
 - b. a acentuação do processo especulativo devido à maxidesvalorização cambial e a prefixação que provocou perdas nos ativos financeiros.



A Crise da dívida externa

- A partir de 1979, o **FED adotou uma política monetária restritiva**, visando conter a tendência de desvalorização do dólar. Quando Reagan assumiu, elevou ainda mais as taxas de juros e **transformou os EUA no grande absorvedor da liquidez mundial**.
- Dificuldades para renovação dos empréstimos externos leva ao controle da absorção interna: Os países foram obrigados a entrar em uma política de **geração de superávits externos**.
- **Ajustamento voluntário**”: a piora na situação cambial levou o governo, já em 1980, a reverter a política econômica e a adotar uma política ortodoxa.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Ajuste com o FMI

- Países em desenvolvimento: problemas com a dívida:
 - insolvência polonesa e argentina e moratória mexicana, no chamado “setembro negro” (1982),
 - o que provocou o **rompimento completo do fluxo de recursos voluntários aos países em desenvolvimento.**
- A política adotada baseava-se em acordos com o FMI:
 - a. na **contenção da demanda agregada** - (i) redução do déficit público; (ii) aumento da taxa de juros interna e restrição do crédito; (iii) redução do salário real e desemprego;
 - b. em tornar a estrutura de **preços relativos favorável ao setor externo** - (i) desvalorização real do cruzeiro; (ii) elevação do preço dos derivados de petróleo; (iii) contenção de alguns preços públicos, subsídios e incentivos à exportação.



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Resultados do Ajuste

- profunda recessão em 1981 e 1983 e baixo crescimento em 1982.
- Aceleração da inflação em 82, estabilizada em 100% nos anos de 1981 e 1982.
- A política de comércio exterior foi bem sucedida: a balança comercial sai deficitária em 1980 para superávits de US\$ 6,5 bilhões em 1983 e um recorde de US\$ 13 bilhões em 1984
- 1984 → superávit e recuperação do produto, explicado em parte pelo sucesso do II PND que permitiu processo de substituição de importações e criou setores com competitividade externa, mas também desvalorização



ECONOMIA BRASILEIRA

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Problema interno do ajuste externo

- 80% da dívida era pública, enquanto a maior parte da geração do superávit era privado.
- Alternativas para o governo adquirir divisas:
 - gerar superávit fiscal – inviável.
 - emitir moeda – incompatível com a política de controle da absorção interna.
 - endividar-se internamente – foi o que aconteceu em condições cada vez piores (**transformação da dívida externa em dívida interna**).
- Este processo acelerou a deterioração das contas públicas e ampliou o grau de indexação da economia.



Problema interno do ajuste externo

- A situação fiscal do setor público se deteriora por várias razões:
 - i. as mádesvalorizações aumentavam o custo interno do serviço da dívida externa.
 - ii. a recessão diminuía a base tributável;
 - iii. a transferência de recursos produtivos para as atividades de exportação significava uma renúncia fiscal;
 - iv. as taxas de juros interna elevadas encareciam a rolagem da dívida
 - v. a aceleração inflacionária diminuía a arrecadação (**Efeito Olivera-Tanzi**).
- A inflação mostrava-se renitente a políticas ortodoxas e o peso do ajustamento era cada vez mais criticada por causa do desemprego (movimento das “Diretas Já”).